

**FACULDADE ALPHA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA**

DEBORA CASSIA GOMES DE QUEIROZ SILVA

O ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS

**RECIFE
2021**

DEBORA CASSIA GOMES DE QUEIROZ SILVA

O ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS

Artigo apresentado à Faculdade ALPHA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Educação Especial e Inclusiva.

Orientador: Prof. Prof. Dr. Diógenes Gusmão

RECIFE

2021

O ENSINO REMOTO E A EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS

Artigo apresentado à Faculdade ALPHA, como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Educação Especial e Inclusiva.

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

**Prof Mestre
Orientador**

**Profª. Esp.
Coordenador do Curso de Pós Graduação em
Educação Especial e Inclusiva**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como está acontecendo o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com surdez através do Ensino Remoto. Para isso realizamos pesquisas bibliográficas e documentais. Os resultados mostraram que disponibilizar aulas remotas, vídeos, enviar atividades por e-mail, ou redes sociais entre outras, são estratégias válidas para amenizar os problemas educacionais causados pela pandemia da Covid-19. Mas, por outro lado o Ensino Remoto causou atrasos no contato social e no desenvolvimento linguístico e social dos surdos. Já que estes, enquanto minoria linguística precisa de diferentes recursos comunicacionais.

Palavras-Chave: Ensino Remoto, Pandemia, Surdez, Libras – Língua Brasileira de Sinais, Ensino e Aprendizagem.

ABSTRACT

The objective of this work is to understand how the teaching and learning process of students with deafness is happening through remote learning. For this we carry out bibliographical and documentary research. The results showed that providing remote classes, videos, sending activities via email, or social networks, among others, are valid strategies to alleviate the educational problems caused by the Covid-19 pandemic. But, on the other hand, remote learning caused delays in social contact and in the linguistic and social development of the deaf. Since these, as a linguistic minority, need different communication resources.

Key words: Remote Learning; Deafness; Libras – Brazilian Sign Language; Teaching and learning.

1. INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, o mundo foi surpreendido com a notícia de um vírus altamente contagioso e mortal, o Coronavírus (SARS-CoV-2). Na china, surgiram os primeiros casos da doença intitulada como Covid-19, e em poucas semanas espalhou-se por todos os Continentes, deixando um rastro de mortes, centenas de milhares de pessoas contaminadas e desencadeando uma crise

sanitária, financeira, educacional, emocional e política em todos os países do mundo.

No Brasil, até o presente momento em que este Artigo está sendo escrito, acumulamos um total de 541.266 de óbitos confirmados. A região Nordeste contabiliza 4.556.192 casos de Coronavírus. Já o Estado de Pernambuco totaliza 578.448 casos confirmados, 500.058 casos confirmados, e infelizmente 18.304 óbitos.

Esse número alarmante de óbitos deu-se pelo fato dessa doença ser desconhecida pelos profissionais da Saúde, e as pesquisas e descobertas científicas, foram acontecendo à medida que os médicos tratavam desses pacientes. De imediato, o distanciamento/isolamento social, o uso de máscaras que cobrissem a boca e o nariz, água e sabão para lavar as mãos e a utilização do álcool em gel 70%, foram às recomendações dadas pelos órgãos sanitárias.

Com isso, diversas instituições, consideradas não essenciais, precisaram fechar as portas para evitar a aglomeração e o contato/transmissão entre as pessoas. As entidades de Ensino (básico e superior) foram diretamente afetadas, e o Ensino Remoto surge como estratégia metodológica, para assim, dar continuidades ao ano letivo e aos objetivos de aprendizagem.

Com o advento das pesquisas e compartilhamentos de informações científicas, vacinas foram e ainda estão sendo produzidas, a fim de combater a proliferação e contaminação do Coronavírus em todo o mundo.

Hoje, em meados de 2021, vivenciamos um cenário educacional tenebroso, pois o Ensino Remoto, ainda não se configura como uma estratégia educacional realmente inclusiva, visto que, para cada etapa da educação básica, esse tipo de ensino apresenta novos desafios, vale destacar também, que a inclusão tecnológica e o acesso a uma internet de qualidade, não é realidade para a maioria dos estudantes provenientes de escolas públicas, aumentando assim, a desigualdade social em nosso país.

Pensando nessas problemáticas, e direcionando o nosso olhar para os estudantes com deficiência, percebemos que as dificuldades multiplicam-se e a inclusão educacional e o Direito à Educação, desses estudantes, tornam-se cada vez mais difíceis. Na perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular,

promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (MEC, 2010, pag. 20)

Sendo assim, levantamos o seguinte questionamento: nesse período pandêmico, como está acontecendo o processo de ensino/aprendizagem dos estudantes com Surdez? Partimos do pressuposto de que, o uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras - é de extrema importância nesse processo.

Nosso interesse pela pesquisa surgiu nesse momento de pandemia e de isolamento social, em que o Ensino Remoto configurou-se como uma das principais ferramentas de estudo, e as redes sociais como principais meios de contato entre professores e estudantes e estudantes entre si. Enquanto pedagoga e intérprete de Libras, pude verificar em minha prática profissional e em pesquisas anteriores, realizadas em cinco escolas, com estudantes surdos do 5º ano do Ensino Fundamental 1 da Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes, no ensino presencial, com o Tradutor/intérprete de Libras, e em sala de aula regular, constatei que os estudantes surdos, em sua maioria, chegavam ao último ano do Ensino Fundamental 1, e ainda não haviam se apropriado da leitura e escrita da Língua Portuguesa, e não eram usuários com total domínio da Língua Brasileira de Sinais. (SILVA, 2018).

Isto posto, temos como objetivo geral nesta pesquisa, compreender como está acontecendo o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com surdez através do Ensino Remoto. E como objetivos específicos:

- I) Conhecer as dificuldades enfrentadas pelos educadores nesse processo de ensino e aprendizagem;
- II) Identificar as estratégias educacionais utilizadas por esses profissionais.

Acreditamos que desenvolver essa pesquisa, apresenta-se como uma grande possibilidade, de contribuir para nossa formação pessoal e profissional, como também para o meio acadêmico e para a sociedade, já que é através das pesquisas que o conhecimento científico é renovado, confrontado e compartilhado.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM PERNANBUCO:

A Educação no Brasil e a busca por sua Qualidade, sempre foi motivo de preocupação por parte dos pesquisadores e educadores. Escolas com péssimas estruturas físicas, salas com pouca ventilação e iluminação, superlotação nas salas de aula e professores mal remunerados, são apenas alguns dos vários problemas que a Educação brasileira ainda enfrenta. Ser um Educador no Brasil é um grande desafio.

Com o advento da pandemia da Covid-19, cerca de 190 países tiveram escolas total ou parcialmente fechadas, num processo que atingiu cerca de 1,5 bilhão de alunos. O Brasil foi um deles e, desde meados de março de 2020, as crianças e adolescentes não vão às aulas. Neste contexto, há um grande risco de um aumento expressivo de desigualdades educacionais e de agravamento geral da crise de aprendizagem. (CONSTIN, 2020, pag.09).

O ano letivo, que acabara de iniciar, já tinha um grande desafio, dar continuidades as atividades planejadas, mas de maneira não presencial. Como alternativa, o Ensino Remoto, ganha maior destaque no cenário educacional.

Diante da situação de fechamento das escolas de Educação Básica, os estudantes, crianças e adolescentes, ficaram em casa. Ante a preocupação de não os deixar sem atenção escolar o Ministério da Educação (MEC) juntamente com os Conselhos de Educação Nacional e Estaduais propuseram que o atendimento educacional fosse feito de forma remota. O ensino a distância, com o uso de plataformas como a Google Classroom, ou alguma outra específica dos Sistemas de Ensino ou da própria escola, como é o caso de algumas escolas particulares. Ou, ainda, redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp, dentre outras. (MONTEIRO, 2020, p. 239).

É entendido como Ensino Remoto, todo conteúdo que é produzido e disponibilizado online, que é acompanhado em tempo real pelo professor que leciona aquela disciplina, sempre seguindo cronogramas adaptáveis.

De acordo com Saldanha (2020), Além de “Ensino Remoto”, outras expressões concorrentes foram: “aulas remotas”, “Ensino Remoto emergencial”, “educação remota”, “atividades remotas”, “aprendizagem remota”, “aprendizado remoto”, “estratégias de aprendizagem remota” e “sala de aula remota”. Essas expressões, que em comum têm a noção de alguma

atividade educacional no espaço da residência do aluno e do professor manifestada pelo qualificativo “remoto”, concorriam também com termos referentes aos recursos tecnológicos ou à dimensão síncrona presentes nas atividades fora do espaço escolar durante a pandemia, tais como: “ensino on-line”, “aprendizagem on-line” “educação on-line”, “aulas on-line”, “sala de aula on-line”, “aulas em meios digitais” e “tele aulas”.

O uso do ensino a distância tem respaldo na atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), Lei nº 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), em seu Artigo 80, estabelecendo que o “Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. No que se refere mais especificamente ao Ensino Fundamental, encontramos no Artigo 32, § 4º, que reza que “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. (MONTEIRO, 2020, p. 240).

Para que os estudantes pudessem dar continuidade ao processo de aprendizagem, o Ensino Remoto foi uma das estratégias educacionais utilizadas. Mas quando falamos da Educação Especial e inclusiva, os resultados não foram tão positivos.

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO REMOTO

Incluir as pessoas com deficiência nos mais diversos setores da sociedade, ainda se configura como uma tarefa difícil, pois o que está determinado nas Leis e Decretos, ainda não se realiza de maneira satisfatória, e a Pessoa com deficiência é quem mais sofre com esse descaso.

A Educação especial é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil, 1996). Esses últimos meses marcados pelo isolamento e distanciamento social, os estudantes da Educação Especial e Inclusiva sofreram grandes danos no processo educacional escolar.

A Lei Nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Lei Nº 13.146/15 (Lei Brasileira de Inclusão), a Lei Nº 8.069/90 (Estatuto da

Criança e do Adolescente), a Lei Nº10.172/2001 (Plano Nacional de Educação) entre outros decretos e portarias, surgem para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para a pessoa com deficiência.

Como manter um ritmo de aulas e conteúdos escolares? Como dar continuidades aos saberes? Como aprofundar os conhecimentos dos alunos? Como avançar na leitura e escrita? Essas e muitas outras foram às dúvidas dos profissionais da educação e pais de alunos com deficiência. O Ensino Remoto para essa modalidade educacional tornou-se praticamente impossível.

As necessidades educacionais especiais desses alunos dificilmente foram supridas como o Ensino Remoto. E com a falta de acesso a uma rede de internet de qualidade, encontramos mais uma barreira que dificulta a inclusão educacional e social desses estudantes.

4. COMO ESTÁ A EDUCAÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS?

O isolamento e distanciamento social das pessoas surdas teve peso ainda maior, já que é na escola que muitos deles mante contato com outros surdos, e assim podem fazer uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Quadros & Karnopp (2004) em seu estudo sobre Língua Brasileira de Sinais dão uma definição de língua de sinais mostrando sua amplitude e complexidade:

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais, e conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico, e as distingue dos demais sistemas de comunicação, por exemplo, produtividade ilimitada (no sentido de que permitem a produção de um número ilimitado de novas mensagens sobre um número ilimitado de novos temas); criatividade (no sentido de serem independentes de estímulo); multiplicidade de funções (função comunicativa, social e cognitiva – no sentido de expressarem o pensamento); arbitrariedade da ligação entre significante e significado, e entre signo e referente); caráter necessário dessa ligação; e articulação desses elementos em dois planos – o do conteúdo e o da expressão. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos

os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças (QUADROS & KARNOPP, 2004 p.30).

Nas escolas, em aulas presenciais a falta de conhecimento da Língua Brasileira de Sinais por partes dos professores, demais estudantes e da gestão como um todo, acarreta aos estudantes Surdos uma defasagem na construção do conhecimento nas mais diversas áreas, inclusive na socialização, pois o estudante Surdo acaba de tornando um estrangeiro, pois sua língua é diferente dos ouvintes.

Nesse novo contexto educacional, em que o Ensino Remoto e a distância se tornou o único modelo de ensino-aprendizagem, os estudantes surdos obtiveram atrasos em seu desenvolvimento pessoal e social, como também retardo no aprendizado na leitura e escrita da Língua Portuguesa.

As preocupações acerca da educação dos surdos se intensificaram, e as reflexões sobre o período pós-pandemia já começam a surgir. Como reparar meses e meses de prejuízos educacionais? Como dar continuidade ao processo de alfabetização dos surdos?

Por isso que a luta por uma educação bilíngue vem ganhando cada vez mais espaço, uma vez que, a Libras é a primeira língua dos surdos, e este deve ser alfabetizado em sua língua materna.

Percebe-se que os surdos passam a ter um papel importantíssimo no processo educacional no momento em que a língua de sinais passa a ser respeitada como uma língua própria dos membros deste grupo social. (QUADROS, 1997, p. 45).

Atualmente no Brasil, a comunidade Surda defende uma Educação pautada no Bilinguismo. Onde a Língua Brasileira de Sinais (Libras), é a primeira língua e a Língua Portuguesa na modalidade escrita passa a ser a segunda língua.

O bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível á criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita. (QUADROS, 1997. p. 27).

Diversos autores como Goldfeld (1997), Dias Júnior (2010) e Quadros (1997), enfatizam em suas pesquisas que o Surdo deve adquirir a língua de sinais (L1), como primeira língua, e na modalidade escrita, a língua oficial de seu país como segunda.

A deficiência que antes era vista como sinônimo de incapacidade está ganhando outros significados e o resultado disso é a participação dos Surdos nos mais variados setores da vida social, desempenhando as mais diversas funções, deixando claro que a sociedade precisa modelar-se para incluir e não apenas integrar as pessoas Surdas.

Para fortalecer as políticas de inclusão da comunidade surda, a Lei nº 14.191 de 2021 é sancionada e dispõe sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos:

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Brasil, 2021).

Vale destacar que a Lei ainda aponta para a necessidade do atendimento educacional especializado, formação bilíngue para os professores entre outros benefícios:

1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas.

[Art. 60-B.](#) Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas

materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.

Parágrafo único. “Nos processos de contratação e de avaliação periódica dos professores a que se refere o caput deste artigo serão ouvidas as entidades representativas das pessoas surdas.” (Brasil, 2021).

Já para a educação superior:

Sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Brasil, 2021).

No cenário escolar, é o intérprete que se encarrega de facilitar a relação professor e aluno Surdo. É direito de todo estudante Surdo ter um tradutor/intérprete devidamente capacitado para desempenhar tal função. Na perspectiva da educação bilíngue, a relação entre discente e docente acontece de maneira linear.

Mas até que a educação bilíngue efetive-se, o profissional tradutor/intérprete de Libras é encarregado de mediar à comunicação entre os Surdos e àqueles que não compreendem a língua de sinais. (Lodi; Lacerda, 2010, p. 63)

Quando se insere um intérprete de língua de sinais na sala de aula, abre-se a possibilidade de o aluno Surdo poder receber a informação escolar em sinais, através de uma pessoa com competência nesta língua. (LODI; LACERDA, 2010. p. 35)

O Estudante Surdo, assim como os demais, faz parte da turma e é de inteira responsabilidade do professor a organização das atividades e acompanhamento do seu processo de aprendizagem. Mesmo com a presença do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS), o professor não pode e não deve esquecê-lo, deixando-o aos cuidados do tradutor/intérprete de Libras, mas em tempos de aula remotos, o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes com surdez tornou-se ainda mais complicado.

5. METODOLOGIA

Para respondermos aos nossos questionamentos compreender como está acontecendo o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com surdez através do Ensino Remoto, classificamos essa pesquisa com base na abordagem qualitativa.

Utilizamos a expressão investigação qualitativa como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico. As questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, sendo, outrossim, formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em toda a sua complexidade e em contexto natural. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 16).

Devido à pandemia da covi-10, estávamos impossibilitados de realizar pesquisas de campo presencialmente, sendo assim as observações das aulas, as entrevistas e/os questionários, foram substituídos pela pesquisa bibliográfica. Para a construção desse artigo, utilizados a plataforma Google acadêmico, disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>, pesquisamos as seguintes palavras chaves: Ensino Remoto; Pandemia; Surdez; Libras – Língua Brasileira de Sinais; Ensino e Aprendizagem.

Mais de 300 Artigos foram encontrados nessa plataforma. 15 Artigos foram selecionados, e lidos os resumos descritivos, e de acordo com os objetivos dessa pesquisa, 03 trabalhos foram escolhidos para fundamentar essa pesquisa.

SOUZA, Maria de Fátima Martiniano de. 2021.	O Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos no contexto do Ensino Remoto
SIMÕES, Rita de Cássia da Silva. 2020.	Educação na Pandemia: A realidade do Ensino Remoto para Surdos no Município de Pirpirituba/PB.
SHIMAZAKI, Elsa Midori. MENEGASSI, Renilson José. FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto. 2020	Ensino Remoto para alunos Surdos em tempos de pandemia.

--	--

Quadro 01: Artigos escolhidos para fundamentar essa pesquisa.

Para analisar os dados coletados, usamos a análise de conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (2004) a qual serve para organizar os dados, tendo como objetivo representar a informação para sua consulta, segundo categorias construídas com base na exploração dos dados e referenciais teóricos adotados pelo investigador.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo, analisaram-se três artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos e, a seguir, apresentaremos as características destes estudos a partir dos objetivos e métodos.

AUTOR (ES) E ANO:	TÍTULO:	OBJETIVOS:	MÉTODO: AMOSTRA, INSTRUMENTOS DE ANÁLISE.	RESULTADOS:
SOUZA, Maria de Fátima Martiniano de. 2021.	O Ensino de Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos no contexto do Ensino Remoto	Discutir o ensino de Língua Portuguesa como L2 para Surdos por meio das tecnologias, considerando também o contexto da pandemia de Covid-19.	Abordagem qualitativa. Pesquisa Bibliográfica.	Demonstra que as tecnologias podem servir como recurso facilitador no ensino de Língua Portuguesa como L2, aliada a uma abordagem bilíngue, que respeite a identidade do surdo, sendo possível que ele aprenda em um contexto onde sua língua materna e a língua portuguesa como L2 estejam presentes.
SIMÕES, Rita de Cássia da	Educação na Pandemia: A realidade do	Analisar de que maneira a pandemia da Covid-19 mudou o	Pesquisa de campo realizada a distância.	Os resultados obtidos através do estudo demonstram alunos

<p>Silva. 2020.</p>	<p>Ensino Remoto para Surdos no Município de Pirpirituba/PB.</p>	<p>cenário das salas de aula e criou ainda mais barreiras para a educação e ensino de línguas para surdos no município.</p>	<p>Caráter descritivo. Entrevistas a distância. Amostra: membros do corpo docente das escolas e da gestão educacional da cidade de Pirpirituba/PB.</p>	<p>sem contato social escolar, problemas existentes no desenvolvimento linguístico e no processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, que são advindos antes mesmo da pandemia. O isolamento social dificulta ainda mais a vida escolar dessa comunidade, que tem a Libras como L1, que está em fase de aprendizado da Língua Portuguesa como L2 e que superou tantos obstáculos e barreiras históricas para ter direito à aquisição e exercício da linguagem.</p>
<p>SHIMAZAKI, Elsa Midori. MENEGASSI, Renilson José. FELLINI, Dinéia Ghizzo Neto. 2020</p>	<p>Ensino Remoto para alunos Surdos em tempos de pandemia.</p>	<p>Verificar como ocorre esse ensino, tanto no que tange aos materiais, iniciativas e processo de ensino aprendizagem, adotados pelos professores, quanto à aprendizagem dos alunos surdos, principalmente no português escrito.</p>	<p>Estudo pontual e exploratório de forma remota. Amostra: cinco professores, três alunos e uma pedagoga de escola de educação bilíngue. Instrumentos: três questionários distintos, com seis questões cada e entrevista oral.</p>	<p>Os resultados, subsidiados pelas teorias Histórico-culturais e Dialogismo em linguagem, demonstram: a) o Ensino Remoto é um desafio na preparação de aulas; b) alguns alunos vulneráveis economicamente não acessam atividades remotas; c) alunos sem auxílio parental para os estudos; d) dificuldades de compreensão e interpretação dos enunciados; e) sem contato social escolar, o isolamento afeta o desenvolvimento linguístico e social dos surdos.</p>

Quadro 2 - Apresentação da síntese de artigos incluídos na pesquisa.

Com a análise dos resultados que obtivemos em nossa pesquisa de bibliográfica, categorizamos os seguintes pontos:

- a) Utilização dos recursos tecnológicos.
- b) Contato social e o desenvolvimento linguístico e social.

Nos Artigos pesquisados, percebemos que o Ensino Remoto é uma ferramenta que apresenta muitos desafios para promover o ensino-aprendizagem com qualidade e que o isolamento social, acentuou ainda as desigualdades sociais.

6.1 Utilização dos recursos tecnológicos.

Para que o Ensino Remoto possa acontecer é necessário que os estudantes e professores possuam o básico em aparelhos tecnológicos, nos artigos pesquisados pudemos constatar que esse é apenas um, dos muitos problemas enfrentados nessa pandemia pelos estudantes com surdez.

Ao abordarmos as dificuldades dos alunos quanto a esse sistema de ensino, (...) os alunos ainda não são habituados e alguns, devido à condição social, não dispõe de celular, televisão, computador ou notebook para acesso remoto. (Shimazaki, 2020).

A falta de formação dos professores para essa nova realidade pedagógica, também foi um desafio, já que muitos, além de não terem preparo, não dispunha de recursos materiais. Sem falar, no distanciamento com o intérprete de Libras, o qual faz a ponte comunicacional entre o professor ouvinte que sabe libras e o estudante surdo.

Nesse processo de adaptação com as tecnologias, o Ensino Remoto deve contemplar a perspectiva bilíngue, de modo que o aluno surdo vivencie o processo de aprendizagem da Língua Portuguesa como L2 por meio da presença da Libras nas atividades. Com isso, a participação do intérprete é fundamental para assegurar um espaço de segurança ao aluno surdo. (Souza, 2021).

A grande preocupação como processo educacional dos estudantes surdos, dar-se a partir do momento que estes isolados da comunidade escolar,

passam a depender dos seus familiares para ajuda-los nas atividades escolares, e por serem filhos de pais ouvintes, em sua maioria, esse momento de aprendizagem ocorrera de modo deficitário.

No entanto, o que já é difícil para alunos ouvintes, torna-se ainda pior para os alunos surdos, levando em consideração que as aulas on-line são apenas um paliativo para a crise educacional instaurada durante a pandemia. Diante de uma alternativa de caráter emergencial, que é o Ensino Remoto, muitas escolas e profissionais da Educação não se encontravam preparados para ministrar aulas virtuais, preparar material didático para tal modalidade de ensino e, muito menos, assistir os alunos à distância, principalmente os surdos. (Simões, 2020).

O Ensino Remoto para os estudantes surdos, além do intérprete de libras, exige mais estratégias de comunicação como o uso da legenda. Infelizmente, esse recurso, que facilitaria a compreensão de muitos surdos, ainda é pouco utilizado.

Para participar das aulas síncronas, é necessário, primeiramente, ter acesso à internet. Para a melhor compreensão dos conteúdos, os professores precisariam traduzir para a Libras o que está sendo ministrado, ou estar em companhia de um intérprete tradutor da língua. Para compreender as vide aulas, seria necessária que houvesse também uma tradução, ou, no mínimo, uma legenda da fala. Essa segunda opção seria válida apenas para alunos surdos já alfabetizados em Libras e em Língua Portuguesa. Sabemos que, embora sejam asseguradas por lei, na prática, as instituições públicas de ensino estão muito longe de oferecer esse nível de inclusão. (Simões, 2020).

Souza (2021), Simões (2020) e Shimazaki (2020), constatam em suas pesquisas que a ausência dos recursos tecnológicos, é um dos vários problemas que impedem a concretização de um Ensino Remoto de qualidade.

6.2 Contato social e o desenvolvimento linguístico e social.

Em geral, é no ambiente escolar que os surdos podem fazer uso da língua de sinais. O relacionamento com outros surdos e com o intérprete de Libras, mantém a comunicação em Libras viva e atualizada.

Simões (2020) relata em sua pesquisa o que é bem comum no dia a dia dos surdos, conviver com familiares que desconhecem a Língua Brasileira de Sinais.

Como vimos, são pessoas que desconhecem totalmente a Libras, não dispõem de nenhum recurso didático para que essa criança compreenda melhor o que precisa aprender condição que agrava ainda mais o evidente atraso linguístico da criança causando grandes danos futuros (Simões, 2020).

O apoio familiar para realizar as atividades escolares, foi ainda mais necessário nesse período pandêmico. Mesmo sem formação acadêmica, a família assumiu a função de tutor pedagógico e auxiliou os estudantes a realizarem suas atividades. Mas, quando pensamos nos estudantes surdos essa situação se agrava, já que a comunicação é limitada, por conta da falta de conhecimento e uso da língua de sinais.

Essa observação nos leva a concluir que, a solução adotada pelo município para dar continuidade à educação desses alunos surdos é ineficaz. Sem o auxílio direto de algum profissional que possua o mínimo de qualificação para o ensino inclusivo de surdos, essas atividades praticamente não têm ajudado essa criança a desenvolver sua percepção e conhecimento linguístico, ou seja, não apresentam sentido algum. (Simões, 2020).

Como alternativa pedagógica, foi preciso ocorrer alterações curriculares, que atendem assim as necessidades dos estudantes com surdez:

Portanto, na ausência desses profissionais, exigem-se mudanças na prática docente, seja pela flexibilização do currículo ou na adaptação de materiais, a compreender que as limitações atuais, devido à pandemia, interferem na compreensão e na aprendizagem dos alunos, além do seu direito ao acesso formal dos conhecimentos humanos. (Shimazaki, 2020).

Souza (2021), Simões (2020) e Shimazaki (2020), corroboram da ideia de que o Ensino Remoto causou um atraso no contato social e o desenvolvimento linguístico e social dos surdos. Já estes, enquanto minoria linguística, precisa de diferentes recursos comunicacionais.

É indiscutível que o Ensino Remoto se apresentaria como um sistema de ensino distante da realidade de muitas crianças e jovens, assim como o acesso aos conhecimentos científicos,

necessários ao seu desenvolvimento psíquico. Esse modelo moderno de ensino exclui aqueles que não conseguem se adequar às necessidades básicas que a tecnologia exige. Há aqueles que devido à idade ou à dificuldade de concentração, compreensão ou dúvidas, não conseguem apresentar suas angústias e esclarecê-las junto aos professores. (...) As maiores dificuldades são de compreensão e de interpretação dos enunciados, pela própria constituição da língua portuguesa e o seu conhecimento pelos alunos. Os surdos precisam de muitas explicações, que, exige a produção de vídeos bem elaborados, para que possam ver e rever, quando quiserem e necessitarem, para que a compreensão se estabeleça. São novas e adaptadas formas de ensino. (Shimazaki, 2020).

Disponibilizar aulas remotas, vídeos, enviar atividades por e-mail, ou redes sociais entre outras, são uma estratégias válidas para amenizar os problemas educacionais causados pela pandemia da Covid-19. Mas até que ponto essa aprendizagem acontecendo de maneira satisfatória? Será que os estudantes estão construindo conhecimentos? Os estudantes com surdez conseguem compreender as atividades? Com quem seguem progredir na leitura e escrita da Língua Portuguesa? Compreendem as interpretações? Tem acesso a matérias com legendas?

Muitas são as questões que implicam diretamente para o desenvolvimento social e linguístico dos surdos. Questões essas que podem ocasionar atrasos educacionais e sequelas futuras, incluindo o acesso a Educação superior e a garantia de uma vida e sociedade mais inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos com essa pesquisa, compreender como está acontecendo o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com surdez através do Ensino Remoto. Percebemos que a pandemia da covid-19 acentuou ainda mais as dificuldades de aprendizagem da comunidade surda, principalmente na aquisição da leitura e escrita da Língua portuguesa escrita (L2).

Sem comunicação não há aprendizagem. Sem comunicação não há interação. Como os estudantes Surdos podem construir conhecimento e tirar dúvidas se não conseguem interagir com os professores e demais estudantes? Essa é uma das piores barreiras enfrentadas pelos Surdos, a barreira

comunicacional. Infelizmente, nesse período pandêmico e de isolamento social, o Ensino Remoto passou a ser o principal recurso educacional, e só com a presença do intérprete de Libras e o uso de legendas, é que a acessibilidade comunicacional estaria garantida.

A figura do profissional surge para amenizar esse impasse na comunicação. Damázio (2007) e Lodi e Lacerda (2010), destacam em seus trabalhos que o (TILS) é o mediador da comunicação, e que o professor deve desenvolver habilidades comunicativas para que não dependa totalmente do intérprete.

Os Surdos enquanto minoria linguística em uma família de ouvintes, na vizinhança onde mora e numa sala de aula que em geral é formada por ouvintes, sofre desde cedo com a possibilidade de se expressar, e essa barreira comunicacional pode gerar atrasos e bloqueios que o impede de ter acesso a uma educação e formação profissional.

Em meses de isolamento social, o desenvolvimento linguístico e social dos surdos foi ainda mais prejudicado, pois em geral, aos familiares dos surdos não fazem uso da língua de sinais.

Não podemos deixar de citar os problemas com os recursos tecnológicos, tanto os professores como os alunos surdos, precisaram enfrentar e ainda enfrentam (já que as aulas estão acontecendo a distancia, ou de forma híbrida), diversos desafios, como falta de equipamentos, falta na conexão com a internet, e até mesmo a ausência de um ambiente propício para os momentos de estudos.

Percebemos assim, o quanto é importante ter profissionais qualificados para essa nova realidade de ensino remota, sem perder de vista a necessidade de esses professores aprenderem a comunicação em Libras, para que mantenham um contato mais direcionado com seus alunos. O investimento em formação continuada é uma ação indispensável para que os Surdos possam ter acesso com qualidade às mesmas informações que os ouvintes, e desenvolvam-se linguisticamente e socialmente.

REFERENCIAS

BRASIL, Decreto N° 5.626 de 22 de Dezembro de 2005. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

Acessado em 05 de julho de 2021.

BRASIL, Lei N° 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de Dezembro de 1996. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Acessado em 05 de julho de 2021.

BRASIL, Lei N° 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.

Acessado em 05 de julho de 2021.

BRASIL, Lei N° 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.

Acessado em 05 de julho de 2021.

BRASIL, Lei N° 10.172/2001, Plano Nacional de Educação. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.

Acessado em 05 de julho de 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coronavírus Brasil**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

Acessado em 18 de julho de 2021.

BRASIL, Lei N° 14.191/2021 sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.

Acessado em 09 de agosto de 2021.

BRASIL, Governo de Pernambuco. Secretaria de Saúde. **Pernambuco Contra a Covid-19**. Disponível em: <https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br/>.

Acessado em 18 de julho de 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** / Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2010. Pag. 72.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. Ed. Lisboa-Portugal, 2004.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari. Características da investigação qualitativa. In: __. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora. Porto. 1994.

CONSTIN, CLÁUDIA. **A Escola na Pandemia: 9 visões sobre a crise do ensino durante o Coronavírus**/ Cláudia Constín... [et al.]. 1. Ed. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2020.

DAMAZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: Pessoa com Surdez.** SEESP/SEED/MEC. Brasília – DF, 2007.

DIAS JÚNIOR, Jurandir Ferreira. **Ensino as língua portuguesa para surdos: contornos de práticas bilíngues.** Jurandir Ferreira dias Júnior; orientador Wanilda M^a Alves Cavalcanti, 2010, 113f.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista.** São Paulo: Plexus, 1997.

MONTEIRO, Sandrelena da Silva Monteiro. **(Re)inventar Educação Escolar no Brasil em Tempos da Covid-19.** Rev. Augustus. Rio de Janeiro. V.25. N. 51. Pag. 237- 254. Jul./out. 2020.

LODI, Ana Claudia B. e LACERDA, Cristina B. F. de. **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos.** ArtMed. Porto Alegre. 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

SALDANHA, Luis Cláudio Dallier. **O Discurso do Ensino Remoto Durante a Pandemia de Covid-19.** Revista Educação e Cultura Contemporânea. Volume 17, número 50. PPGE/UNESA. Rio de janeiro. 2020.

SILVA, Debora Cassia G. de Queiroz. A Prática Docente no Ensino da Língua Portuguesa Escrita para Crianças Surdas. **Concluinte de Pedagogia – 2018.2 – Turma PM – Centro de Educação – UFPE.**
deboracassiaqueiroz@gmail.com